

## Notas e Informações

## ESTADO DE SÃO PAULO

# Areias movediças

A máquina parou. A consciência desse fato, dramático em si, mas trágico para governo com as características que o presidente Collor de Mello imprimiu ao seu, parece ter-se materializado na solidão do Planalto — estado de espírito e realidade política em que se teme o chefe de governo já tenha mergulhado. No dia aprazado, o secretário da Administração, encarregado de coordenar a reforma da máquina burocrática, não tinha recebido dos ministros de Estado as informações que permitirão à Presidência fiscalizar o cumprimento de suas determinações. Ao mesmo tempo que toma consciência de que as ordens não são cumpridas na rapidez imposta pela estratégia que se traçou, o presidente verifica que o governo, por inadvertência e desejo de agradar “descamisados” e “pé-dascalços”, meteu-se em camisa de onze varas no episódio da política salarial. Esse problema é mais fácil de resolver que o primeiro: determinou-se aos ministros do Trabalho e da Economia que não discutam mais o assunto em público.

A lei da eterna permanência manifesta-se cada vez mais em Brasília. No Executivo, que se vê impotente para reformar a administração e dar ao Estado brasileiro fisionomia moderna. Nas relações entre o Planalto e o Congresso, difíceis desde há dias, porque os deputados e senadores que deram apoio decisivo para aprovação das medidas provisórias que armaram o plano “Brasil Novo” começam a reclamar das reformas que estão sendo planejadas na Secretaria da Administração — isto é, das demissões já efetuadas ou por fazer. Até agora, vozes autorizadas não se ergueram para condenar critérios; ouvem-se apenas murmúrios dos que temem que os cortes atinjam órgãos públicos ou empresas estatais que eles têm como re-

duto eleitoral certo. Às vésperas do pleito em que se renovará a Câmara dos Deputados e o terço do Senado, poucos são os que desejam manifestar-se favoráveis à reforma da máquina. Indiretamente, contribuem para que ela pare: Diretamente, ameaçam retirar apoio parlamentar ao presidente.

Não bastassem essas escaramuças na grande batalha em que se decide o jogo *soma zero* do “vencer, ou vencer”, juristas de diferentes ministérios descobrem que não é fácil a tarefa que lhes foi dada de redigir, desta vez de maneira correta, o decreto que colocará funcionários públicos em disponibilidade. Descobre-se, como que de repente, que há leis que organizam a administração e que um decreto não pode modificá-las. Então, tudo pára — e enquanto as dificuldades (previstas e anunciadas por nós desde o governo Sarney) vão-se acumulando, a vontade política do Executivo defronta-se no Judiciário com a firmeza pétreia, carbônica dir-se-ia, dos que amparam pretensões escudadas em lei e na Constituição, abrindo caminho para que outras reclamações venham indicar ao chefe do governo que, desde o início, marchou por terreno minado. A defesa do Direito, que em casos isolados começa a ser consagrada no Supremo Tribunal Federal, leva os consultores do presidente a buscar caminhos para evitar derrotas judiciais futuras — e como não é fácil descobrir brechas na legislação feita para proteger a burocracia e acalentar a oligarquia, o tempo passa sem que o presidente veja a máquina começar a andar e a realizar os programas com que deseja reformar o País.

No campo da economia, enquanto não se fixa a política salarial — pois o debate entre os dois ministros aos quais a maté-

ria está afeta apenas indica que o que se decidiu não vale —, os Tribunais Regionais do Trabalho aplicam aquilo que entendem ser a lei. A cada greve em setores essenciais, realizadas ao arrepio da lei ou não, seguem-se decisões que contribuem para indexar a economia. Mais grave ainda, não se teve notícia, apesar dos instrumentos legais de que se municiou o Executivo, de que o presidente do Tribunal Superior do Trabalho tenha sido solicitado a acolher recursos com efeitos suspensivos contra decisões de Tribunais Regionais, que determinam aumentos incorporando os índices inflacionários de março e abril, medidos pelo IPC.

Não se pode dizer que a confusão é geral. A imagem que melhor refletiria a situação do governo Collor, no dia de hoje, seria aquela de um homem que entrou sem cuidado algum num terreno de areias movediças. Cada movimento que faz para a frente ou para trás, para a direita ou à esquerda a fim de safar-se da agonia, apenas a prolonga. O presidente tem consciência de que a lenta volta da inflação — e nas feiras livres já se começa a murmurar contra a alta geral de preços, sem que se atente para esse estranho fenômeno econômico — às vezes cômodo para os burocratas — definido como “sazonalidade” — exigirá de seu governo pronta demonstração de que está fazendo sua parte para reduzir o déficit público e controlar a inflação. S. exa. sabe que será cobrado pela sociedade. Os empresários cumpriram a parte que o Executivo, por ato próprio de vontade, decidiu que seria deles. Agora é a vez de o governo cumprir a sua parte. O presidente, pelo que se lê nos jornais, começa a ver que não será fácil fazer do dia 18 de junho o dia da sua vitória sobre a máquina.